

Conquista Colonial, Resistência Indígena e Formação do Estado-Nação: os índios Guaicuru e Guaná no Mato Grosso do Século XIX

“...duvido que haja na Europa povo algum que, em tantos e tantos, possa comparar-se com estes bárbaros”,
Felix Azara, apud in “O Povo Brasileiro”

1 – Introdução¹

Este artigo analisará a história da *conquista colonial* do estado do Mato Grosso no século XIX e sua contrapartida, a *resistência indígena*, a partir dos relatos de militares e administradores que atuaram na região do Rio Paraguai e Pantanal (relatos estes que foram publicados em revistas científicas do século XIX).

As fontes coloniais permitem a construção de uma análise histórica e etnográfica da dinâmica de “dominação colonial/resistência indígena”, fundamental para construção do Estado-Nacional brasileiro e para a história dos povos indígenas, em particular, e da sociedade brasileira, em geral.

O estudo dos Guaicurú e Guaná, considerado como análise de caso, é estratégico para esse gênero de análise e problemática teórica, já que estes dois grupos indígenas jogaram um importante papel na consolidação da conquista colonial portuguesa e ao mesmo tempo, criaram diversos obstáculos a sua expansão e estabilização.

Pretendemos demonstrar que a destruição das alianças inter-indígenas (em especial a Guaicuru/Guaná) e o estabelecimento das alianças entre “portugueses” e indígenas (como os Terena, os Quinquinau e outros sub-grupos Guaná), foi fundamental para a construção do Estado-Nação no Brasil. Assim, os índios Guaicuru e Guaná (incluindo-se neles os seus sub-grupos remanescentes, como os Kadiweu e os citados Terena) desempenharam um papel fundamental na história do Brasil. Queremos realizar uma descrição etnográfica e histórica que não omita o fator “*resistência/revolta*” (o conflito em sua forma mais violenta e acirrada), e ao mesmo tempo que não incorra numa visão simultaneamente romântica e idealista delas, ou seja, que permita ver como as formas cotidianas de resistência aos poderes coloniais e estatais que não eram contraditórias nem excluía as formas cotidianas de *colaboração* com estes mesmos poderes.

A importância dos índios Guaicurú, e de grupos sociais que viviam em relações de aliança/guerra com eles, especialmente os Guaná, é ilustrada pelo lugar de destaque que os “índios cavaleiros” ocuparam no imaginário do Brasil Império, especialmente na primeira metade do século XIX. Vejamos as Gravuras abaixo:

¹ Este texto foi elaborado a partir de transformações de dos capítulos da nossa tese de doutorado, que está em processo de elaboração, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional, UFRJ.



Ilustração 1 - Carga de Cavalaria Guaicuru, 1822.

A gravura de Jean Baptiste Debret mostra uma “carga de cavalaria Guaicuru”. Debret é um pintor e historiador francês que residiu no país entre 1816 e 1831, chegando ao país como integrante da “*Missão Artística Francesa ao Brasil*” organizada pelo marquês de Marialva, sob solicitação de D. João VI; ele publicou entre 1834 até 1839 uma numerosa série de gravuras na obra em 3 volumes intitulada *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil*. Na gravura os índios Guaicurus aparecem sobre os seus cavalos e numa ação guerreira, indicando exatamente os elementos mais destacados pelos cronistas, viajantes e militares que passaram na região do Pantanal durante o século XIX.

O primeiro artigo do volume I da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada em 1839, é “*História dos Índios Caveleiros ou da Nação Guaicurus*”, de autoria de Francisco Rodrigues do Prado (um dos membros da Comissão de Limites da América Hispânica e da Portuguesa). Esta representação iconográfica assim os diversos artigos (relatos de militares, expedições cartográficas e estatísticas) mostram exatamente o lugar que os índios Guaicuru ocupavam no imaginário da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX: uma posição tão destacada, que as imagens destes índios circulavam desde as cortes brasileiras até as academias, de Artes e Ciências Europeias. Isto principalmente em razão da sua capacidade guerreira e da sua habilidade política.

O temor dos Guaicurus era justificado, Azara diz claramente que “*pouco faltou para que exterminassem todos os espanhóis do Paraguai*”². Francisco Rodrigues do Prado avaliou em “4 mil o número de paulistas mortos por eles ao longo das vias de comunicação com Cuiabá” .

A questão que se coloca é, como a conquista e dominação coloniais puderam se viabilizar num contexto tão adverso? Como a superioridade, militar e política destes índios, foi quebrada, e a região Sul de Mato Grosso (objeto de disputa com a República do Paraguai e com os índios), pode ser efetiva e definitivamente incorporada ao Estado-Nacional brasileiro?

Darcy Ribeiro indica que estes índios depois da Guerra do Paraguai terminaram subjugados:

“Os Guaikuru estiveram, alternativamente, aliados com espanhóis e lusitanos, sem guardar fidelidade a nenhum deles, mesmo porque não aceitaram jamais nenhuma dominação (...) Os Mbayá acabaram se fixando no sul de Mato Grosso que, em grande parte graças a essa aliança, ficou com o Brasil; e os Payaguá, nas vizinhanças de Assunção. A Guerra do Paraguai deu, a uns e outros, suas últimas chances de glória, assaltando e saqueando populações paraguaias e brasileiras. Terminaram, por fim, despojados de seus rebanhos de gado e de suas cavalarias, debilitados pelas pestes brancas e escorchados. Sem embargo, guardaram até o fim, e ainda guardam, sua soberba, na forma de uma identificação orgulhosa consigo mesmos que os contrasta, vigorosamente, com os demais índios, como pude testemunhar nos anos em que convivi nas suas aldeias, por volta de 1947.(Ribeiro, 1995, p. 34-36)

Mas qual foi o caminho percorrido da anterior “resistência à dominação colonial” até a “subjugação total” dos índios Guaicurus no pós-Guerra do Paraguai? A “espoliação e a debilitação por pestes” seria um fator suficiente para explicar tal processo? Entendemos que não. E para compreender o processo de conquista colonial e resistência indígena de um ponto de vista etnográfico, precisamos desenvolver algumas reflexões acerca da resistência e dominação política.

2 - Etnografia e História Indígena.

Sherry Ortner afirma que “*muitos dos mais influentes estudos da resistência são seriamente limitados pela ausência de uma perspectiva etnográfica*”. O problema aqui seria então definir como conjugar a perspectiva etnográfica com a análise histórica, o que implica definir o próprio sentido da etnografia. Ortner afirma que “*classicamente a etnografia esteve estritamente vinculada com o trabalho de campo*”, mas que todavia “*a instância etnográfica é tanto um posicionamento intelectual (e moral), um modo interpretativo e construtivo, quanto um processo corporal no tempo e no espaço*” (Ortner, 1995, p. 173). É então num sentido similar que Jean e John Comaroff se dedicam a analisar etnograficamente o material histórico sobre a África do Sul.

² Felix de Azara, apud Sérgio Buarque de Holanda, *O extremo oeste*. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

A instancia etnográfica é um compromisso com a “descrição densa” (o detalhismo, o refinamento), e também com uma perspectiva holística, de integração dos diversos elementos descritos dentro de uma cultura e sociedade. Além do detalhismo e do holismo, esta instância etnográfica seria definida pelo esforço contextualizador, tanto no sentido do local em relação ao geral, quando das práticas geradoras dos saberes e categorias discursivas (Ortner, op.cit, p. 174).

Desta maneira, a perspectiva etnográfica aplicada ao estudo histórico se daria exatamente no sentido da descrição detalhada, holística e contextualizadora dos grupos e situações sociais estudadas, de maneira a poder estabelecer uma possibilidade de compreensão do “ponto de vista” dos atores envolvidos nos processos e situações considerados. O trabalho de campo não deixa de ser uma âncora desta descrição, uma vez que o ponto de partida da nossa análise histórica, é exatamente o trabalho de campo realizado junto aos índios Terena³ do estado de Mato Grosso do Sul, e que são um dos antigos sub-grupos Guaná, que no século XIX, estavam diretamente envolvidos no conflito colonial juntamente com os Guaicurus, Portugueses e Espanhóis.

As fontes coloniais (os saberes administrativos produzidos por militares e funcionários de Estado) se apresentam assim com um status similar ao “relato dos informantes” em campo, que devem ser submetidos a processos de análise e síntese que permitam a produção de texto etnográfico no sentido acima definido. Logo, a etnografia se descola do empirismo, da descrição da experiência exclusiva do pesquisador e incorpora também as experiências individuais e coletivas de outros atores históricos. O nosso esforço será exatamente aplicar uma tal perspectiva ao estudo da história da conquista colonial e resistência indígena no sul de Mato Grosso no século XIX.

O Problema da Resistência e da Dominação

Com relação à problemática específica da resistência, Ortner afirma que uma das principais falhas dos estudos sobre a resistência é exatamente não “levar em conta suficientemente a política”, no sentido que se considera exclusivamente a “política da resistência”, a relação entre dominador e dominado”, e não a própria política interna dos grupos que estão na condição de ‘subjugados’, as categorias e clivagens internas (conflitos entre irmãos, lutas de sucessão e guerras de conquista). “È esta ausência da análise destas formas de conflitos internos em muitos estudos de resistência que dão a eles um ar de romantismo, de que eles são freqüentemente acusados” (Ortner, op.cit, p. 177).

Assim, um dos principais elementos a enfraquecer a compreensão dos processos de resistência/dominação, é inadequada forma de descrição e análise das categorias e dinâmicas internas

da “política” dos grupos subalternos/dominados, de maneira que as suas relações reais, contraditórias e transformativas são submetidas um processo de “sanitização”. A sanitização da política é exatamente o esforço analítico de tentar eliminar as contradições e oscilações das estratégias dos grupos dominados, como se sua política e dinâmica social se reduzisse a oposição ao “dominador”. A “sanitização da política dos grupos dominados”, como diz Ortner, compromete também a compreensão da própria dinâmica da resistência (Ortner, op.cit, p. 177).

Entendemos que na realidade a compreensão da dinâmica resistência/dominação, e das formas internas da política indígena, é fundamental para a compreensão da viabilidade da conquista colonial e da formação do Estado, bem como dos seus desdobramentos (como a nova inserção dos grupos indígenas dentro da sociedade nacional). É isto que realizaremos.

3 – O Sistema Social do Chaco/Pantanal: Guaicurus, Guanás e Colonialismos no Sul de Mato Grosso.

Para entender a Dinâmica da Conquista Colonial e Resistência Indígena no sul de Mato Grosso, é preciso compreender que um conjunto de forças sociais entrou em choque a partir do século XVI: o *colonialismo espanhol*, que estabelecido na região de Assunção no Paraguai, pretendia avançar ao norte, passando pelo sul de Mato Grosso; o *colonialismo português*, que do litoral brasileiro, que partia especialmente de São Paulo no sentido Oeste, para Mato Grosso; e os *povos indígenas*, que ocupavam a região desde o período pré-colonial e que disputavam o controle dos mesmos territórios. Para compreender as formas de resistência e dominação estabelecidas, é preciso compreender as características do sistema social indígena do Chaco/Pantanal, que é como denominaremos o conjunto de relações entre grupos indígenas e forças coloniais estabelecidos entre os séculos XV e XVIII.

Do século XVI até meados do século XVIII, os Guaicurus e Guanás⁴ ocupavam uma ampla extensão territorial, entre os rios Taquari e Mondego (atual rio Aquidauana e Miranda), segundo o relato de Antonio Rolim de Moura, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso (apud in Campestrini & Guimarães, op.cit, p. 30). Da demarcação de fronteiras acertada em 1750, saíria o relato de Félix Azara, um dos membros da comissão responsável por estudar e demarcar os limites dos Impérios espanhol e português. Segundo as informações de Azara:

“A época da chegada dos espanhóis, os Guanás iam, como atualmente, se reunir em bandos aos Mbayás, para lhes obedecer, servi-los e cultivar suas terras, sem nenhum salário. Daí o motivo dos Mbayas os chamarem sempre de escravos seus. É verdade que a escravidão é bem doce, porque o

³ Nós realizamos atividades de pesquisa junto as Terena do Mato Grosso do Sul desde 2001, como parte das atividades dos cursos de mestrado e doutorado realizados no PPGAS/MN-UFRJ.

⁴ “Domingos Martinez de Irala informa a existência, na metade do século XVI, de numerosas tribos na região do Rio Paraguai. Delas são conhecidas a dos Chanés e a dos Xaraés.” (Campestrini & Guimarães, op.cit, p. 32)

Guaná se submete voluntariamente e renuncia quando lhe agrada. Mais ainda, seus senhores lhes dão bem poucas ordens, não empregam jamais um tom imperativo, nem obrigatório, e tudo dividem com os Guanás, mesmo os prazeres carnis. (Azara, apud in Cardoso de Oliveira, op.cit, p. 31-32).

Assim, percebemos a principal característica, apontada tanto nos relatos de militares, governadores, missionários que atuaram na região: a relação Guaicurú-Guaná. É preciso então descrever o funcionamento desta relação, pois através dela poderemos compreender a dinâmica do sistema social do Chaco/Pantanal e dinâmica dominação/resistência ali estabelecida.

Os Guaicurus constituíam uma família lingüística que incluía inúmeros grupos étnicos, os Eyiguayegis-Mbayás; Tobas; Abipones; Moscovies, Pilagás, Paiguás e Guasarapos, caracterizados por um ethos cultural guerreiro. Os Guasarapos, Abipones e Paiaguás, que eram grupos canoeiros-pescadores, os demais grupos adotaram o cavalo, tornando-se então caçadores/eqüestres, o que permitiu um grande expansionismo migratório. O etnônimo Guaicuru era utilizado pelos Guaranis como forma pejorativa de designação dos habitantes da orla Chaquenha do Rio Paraguai, entre os Rios Pilcomayo e Verde. Assim, existia uma distinção entre os grupos Guaicuru do Sul do Chaco, que viviam em relações diretas e indiretas com Assunção, e os do norte do Chaco, sendo os do norte os Eyiguayegis (ou Mbayá-Guaicurú) e os do sul, os Taquiyiquis⁵ (Susnik, op.cit, p. 73).

Os Taquiyiquis, estariam ainda sub-divididos “*Tagiligi-yegi*”(ou Taquiyiquis do norte), e os “*Napin-yiquis*”. Desta maneira, os Guaicurus, que realizavam os ataques ao Cario-Guarani no sul, próximos a Assunção, eram os Taquiyiquis, enquanto que os Mbayá ou Eyiguayegis, ocupavam a região norte do Chaco, atacando-os e aos espanhóis, na província do Itatim. Os Mbayá se encontravam também sub-divididos em grupos (Guetiadegodis, os Cadiguegodis, Eyibegodegis, Apacahodegodegis). Assim, os Mbayá ou Eyiguayegis irão ter um padrão de territorialização distinto dos Taquiyiquis:

“Em seu passo migratório, os Eyiguayegis se enfrentaram com a nucleação étnica ‘huana’, conhecida sob o nome de Guaná-Chané-Aruak; estes se encontravam em certo replegue por causa da aglomeração de várias tribos de origem aruak que se deslocavam desde a área do Rio Paraguai ao sul. (...) Os migrantes Eyiguayegis buscavam apoderar-se de bons caçadores e por sua vez, explorar a suficiência econômica dos Chanés cultivadores; estes por sua parte, necessitavam de novas terras, de segurança para seus campos e do respaldo de uma tribo vizinha guerreira contra outras tribos periféricas não menos interessadas em sua produtividade. Tais circunstâncias levaram a uma aliança inter-étnica, impondo os Eyiguayegis seu belicoso etnocentrismo de “oquilidi-senhores” e reconhecendo os Chanés como nyololas-gentio-dependente, mas mediante

⁵ Susnik indica, com base em dados de Sanchez Labrador, que existia uma profunda consciência de pertencimento em ambos os nucleamentos, do norte e sul.

sempre a relação matrimonial entre os chefes de linhagem Eyiguayegis e as parentes dos chefes das aldeias Chané..⁶.” (Susnik, op.cit, p 88-89).

Os Guanás/Chanés (tratados pelos Guaicurus pela designação de “Nyololas”), e seus sub-grupos Layana, Chavarana (chamado pelos Mbayá-Guaicurú de Exoaladi), Terena (Etelena ou Telenoe em Guaicuru) Quinquinau (Equini-quinao em Guaicuru), não entraram em relações com os Mbayá, de maneira idêntica. Os Layana teriam sido os primeiros a entrarem em relação com os Mbayás, mas mantendo-se como agricultores; os Chavarana teriam tido uma propensão maior a ação guerreira, aliando-se aos Guaicurus, nas incursões guerra. Já os Terena teriam se mantido relativamente periféricos a esta relação num primeiro momento. (Susnik, op.cit, p.109-110).

Os Terena estariam já naquele período, entretando, profundamente condicionados pela dinâmica do sistema social do Chaco/Pantanal:

“Os Terena buscavam suas vantagens na província de Xerez, na outra orla do Rio Paraguai, especialmente quando se fundaram as reduções entre os Itatim-Guaranis de Caaguasú e Taré. Suas relações com os Guaranis das reduções e, ao que parece, também com os Itatins lises, se baseavam em periódicas relações de troca, a única maneira possível de adquirir ferro em troca das mantas Chanés, de algodão. Quando os jesuítas trataram de fundar reduções nas áreas dos Itatins ao norte do rio Apa, o P. Francisco Dia de Taño fazia petições para fazer conversões dos Guanás-Chanés, Guatós, Paiguasú e Chiriguano. (...) Nas cercanias do antigo Porto de Itati do século XVI – nas terras dos Terenas – se levantou capela dedicada a Santa Bárbara.alto-paraguaiense. A invasão dos bandeirantes e o trans-habitat dos mesmo Itatins interromperam as relações dos Terena com os povos da margem oriental do rio Paraguai.” (Susnik, op.cit, p. 113).

A relação de subordinação e aliança dos Guaná/Chané com os Mbayá-Guaicurús formou-se sobre as demandas político-culturais indígenas e em meio ao processo de transformação das relações no Chaco/Pantanal por conta do processo de colonização. Esta aliança permitiu, no plano da organização social e econômica (assim como adoção do complexo “cavalo-aço” no plano da estratégia militar e dos modos de ação guerreira) o estabelecimento da supremacia Mbayá-Guaicurú naquela região. Com relação à forma pela qual se realizava a aliança, temos o relato de Sanchez Labrador:

“Aconteceu que os caciques Eyiguayeyis que se casaram com as mulheres Nyololas, cacicas ou capitãs, tinham por seus os vassallos de suas esposas; desde então os reconhecem como tais. (...) Por isso, os capitães Eyiguayeyis, somente eles tem criados: a plebe Guaicuru não adquiriu direito sobre aquelas gentes. Daí é que os Nyololas apelidam os caciques Guaycurus e seus parentes de nossos capitães; mas ao resto da nação e os que não se acham aparentados com caciques chamam de nossos irmãos. (...) À véspera da partida dos Mbyas, lhes presenteiam seus criados algum grão

⁶ Continua ainda Susnik: “Suas dispersão nas terras chaquenhas alto-paraguaienses – a expensas dos proto-povoadores Naperues, foi condicionada por aguadas suficientes e necessárias para as correrias dos caçadores e para os campos de cultivo dos nyololas. O padre Sanchez Labrador que situa as terras chaquenhas dos Mbayás entre os paralelos 18 e 21, fala do conhecido caminho de aguadas, passagem obrigatória para os que cruzavam o Chaco Boreal (...) No século XVI, os Mbayas exploravam preferencialmente os caçadores localizados entre o Rio Verde e o Rcho Obilebir, com livre mobilidade ao norte e ao sul”. (Susnik, op.cit, p. 89). O rio verde é um limite localizado numa região além do que hoje é Campo Grande, no Mato Grosso do Sul (conferir se o rio verde de Susnik é o mesmo do mapa).

para a viagem; um bolo, de Nibadana, com que se pintam de vermelho, e alguma manta de algodão, seja branca ou listrada de varias cores, que com gosto tecem os Chanás. Aos Mbayas plebeus não lhes fazem semelhantes presentes....” (Sanchez Labrador, apud in Cardoso de Oliveira, op.cit, p. 32).

Logo, as relações entre os Mbayás-Guaicurús e Guanás eram efetivadas a partir de uma categoria social específica, a dos *chefes*. Apesar disto ter efeitos sobre as relações de todo o grupo, mostra uma estratificação social interna a este sistema, de maneira que como se afirma, os Guaicurú enquanto grupo, estavam acima dos Guanás, mas era através dos chefes e suas parentelas principalmente, que tal sistema se articulava. E se é correto afirmar a existência de uma aliança Mbayá-Guaicurú/Guaná é certo dizer também que ela se articulava pela “cúpula” da hierarquia social, de camadas de chefes para camadas de chefes.

Desta maneira, nós temos uma interdependência Mbayá-Guaná baseada na relação de parentesco-aliança dos *naati/oquilidi*. Mas a interdependência não se esgota na relação Mbayá-Guaná, já que outros grupos existentes (Guarani, Xamacoco) eram fundamentais para que este tipo de relação se estabelecesse. Outros povos indígenas eram freqüentemente atacados pelos Guaicuru (eventualmente com apoio dos Guanás), povos como: os Txikito, os Guaxi, os Guató e os Chamakoko, que quando vencidas tinham seus membros transformados em “cativos”. (Cardoso de Oliveira, op.cit, p.33).

Por isso falamos de um “sistema social indígena do Chaco/Pantanal”, que abrangia diferentes povos e territórios indígenas na região do Alto Paraguai ou Chaco Boreal, e que corresponde hoje, em parte, ao Pantanal brasileiro. Mais especificamente, abrangia um território entre os atuais rios Jauru e Apa, e o rio Verde e Paraguai⁷. Um equilíbrio de instituições e relações de poder determinava neste momento, o processo histórico. A esta situação histórica correspondia um espaço territorial indígena relativamente autônomo, no qual funcionava um sistema social autóctone não-estatal.

O Sistema do Chaco/Pantanal entrou numa fase de transformação quando se iniciou a conquista colonial da região. E neste processo foi possibilitado aos Mbayá-Guaicurú a supremacia político-militar em relação a outros povos indígenas. A introdução do “cavalo e do aço” viabilizada apenas pela presença do Colonialismo naquela região, é que forneceu as condições materiais básicas para a supremacia Mbayá-Guaicurú.

Devido à mobilidade propiciada pelos cavalos, os Mbayá-Guaicurú conseguiram acumular um grande potencial militar que atravancou, inclusive, a própria expansão colonial. As relações comerciais

⁷ É preciso não perder de vista que este sistema estava condicionado pelas relações estabelecidas na região do Chaco como um todo, que se estendia até o Sul, próximo a Assunção no Paraguai. Não devemos estabelecer “fronteiras” rígidas, mas perceber os modos de ação-reação existentes naquele contexto histórico, a relação sociedades indígenas-territórios eram flexíveis, e desta maneira as fronteiras moveis, como num “campo de batalha” (o que efetivamente era a região). As migrações de um grupo poderiam estimular seus rivais (como os Guaicuru-Guaranis) a se deslocarem para próximos deles, e continuar a relação de guerra.

estabelecidas pelos Guaicurú com os espanhóis e portugueses, também se apoiavam na base da divisão do trabalho Guaicuru/Guaná (a troca de produtos agrícolas por ferro e aço). Logo, sem compreender a importância do colonialismo e das relações coloniais, é impossível explicar este sistema social indígena no Chaco.

Para resumir, podemos afirmar que este sistema social autóctone era baseado então: 1) *na correlação de forças estabelecida entre os diferentes grupos indígenas daquela área cultural, na qual os Mbayá-Guaicurú com uma cultura e sociedade de caçadores-coletores-guerreiros, imprimiu uma dinâmica determinada à organização dos grupos indígenas, e também a seus processos de territorialização*; 2) *nas relações de parentesco-aliança, estabelecidas entre Guaicurú- Guaná, através das parentelas de suas respectivas chefias, sendo que os Guaná forneciam as mulheres para casarem-se com chefes Guaicuru*; 3) *numa divisão do trabalho e economia de redistribuição, na qual os Guaná deviam trabalho e impostos em espécie aos Guaicuru, e onde os Guaicuru prestavam proteção militar e bens (tecnologia) aos Guana/Chané, advindos tanto das relações de comércio com europeus quanto das guerras com estes e outros povos indígenas*⁸; 4) *num sistema de estratificação étnico-social, em que existiam pelo menos três estratos, um “superior”, ocupado pelos Guaicuru, um intermediário, ocupado pelos “Guaná” e outros povos com relação privilegiada com os primeiros e um terceiro, composto pelos demais povos, mais passíveis de guerra e cativo*; 5) *numa organização política segmentar ou acéfala, ou seja, não estatal, com múltiplas chefias políticas descentralizadas*.

O sistema social autóctone vigente no “Chaco/Pantanal” era caracterizado pela guerra e pela dominação exercida por grupos indígenas uns sobre os outros, e eles se valiam das relações entre si e com as agências coloniais para fortalecerem suas posições dominantes. Não podemos perder de vista então o elemento interno de dominação presente neste sistema; a supremacia Guaicuru gerou uma contradição ou clivagem *inter-indígena*. Ao mesmo tempo em que a guerra e a divisão do trabalho dinamizava o sistema social do Chaco nestes séculos, fazia com que os Mbayá-Guaicurú estivessem parcialmente numa relação de oposição de interesses a certos setores das sociedades indígenas. Além disso, este sistema criou uma contradição/clivagem secundária, que se tornaria no decorrer do processo, a clivagem central e favoreceria a sua ruína: a contradição do *sistema indígena* com o *sistema estatal*

⁸ É importante notar que na cultura e sociedade Guaná, a agricultura tem uma importância capital. No primeiros registros acerca deste povo, a imagem destacada é exatamente a de sua agricultura, como vemos por este relato do século XVI. “...neste caminho não achamos mais que roças cultivadas com milho, raízes e outros frutos mais, e maneira que durante todo o ano se tem alimento no campo lavrado. Quando se lhe colhe um roçado, outro já está amadurecendo, e quando este está maduro, já se plantou um terceiro para que em todo o ano se tenha alimento novo nas roças e nas casas.” (Schimidell, apud in Cardoso de Oliveira, opcit, p. 31).

nascente. Este sistema social que fez dos Mbayás um poderoso grupo indígena e devido a seu ethos cultural e prática guerreira, obstruiu o avanço do colonialismo espanhol e português,

Vale a pena frisar, que o sistema social vigente dentro desta situação histórica, já era interdependente do sistema mundial e de suas seções territoriais, as colônias espanholas e portuguesas da América. As bases de funcionamento de suas relações de poder, organização social e dinâmica, já eram condicionadas por este sistema mundial, através das agências dos *colonialismos portugueses e espanhol*, de maneira que é impossível compreender a dinâmica do sistema social indígena sem compreender suas relações com os diferentes colonialismos existentes.

4 – “*Tratados, Correrias, Bandeiras*”: dominações, colaborações e resistências.

No relatório do presidente de Província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, 01/03/1838, vemos o seguinte comentário: “*No número das domesticadas não incluo a soberba e entrépida nação dos cavaleiros Aaicurús, sempre errante e emprehendedora.(..) Temos tirado não pequena vantagem para o serviço de defeza do Baixo Paraguay dos Guatós, Laianas, Terenos, Quiniquináos e Guanás...*” (Relatório 1837, p. 18). Vemos dois elementos importantes aqui: a contínua hostilidade que os Guaicurus mantinham dentro do Império, e a consolidação do uso de grupos indígenas para fins da política Imperial.

A dinâmica da política imperial para os índios oscilava desde as alianças comerciais e a política de aldeamento, catequese e civilização, até a repressão, o uso da violência, de acordo com a classificação em “índios bravos e mansos”. O léxico político denominava as ações violentas dos índios de “correrias” e as expedições punitivas de “bandeiras”⁹. Assim, a política do Império para os índios se movia entre as “*correrias, bandeiras e catequese e civilização*”. São estas formas de luta e interação que é preciso compreender, para entender como a conquista colonial se tornou possível naquele contexto. Iremos agora analisar alguns documentos, especialmente relatos de militares e administradores que atuaram na região da fronteira Brasil/Paraguai no final do século XVIII e início do século XIX e que permitem esclarecer tais processos.

Alguns documentos importantes são o “*Parecer Sobre o Aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, , religião, estabilidade e costumes*” (publicada na Revista do IHGB, volume 7, 1845)e “*Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurus e Guanás*”, ambos escritos pelo militar Ricardo de Almeida Serra (Revista do IHGB, volume 13, 1850). Estes dois

⁹ O Relatório de 1838, de José Antonio Pimenta Bueno, 01/03/1838, Menciona as “correrias” e as sistemáticas bandeiras enviadas contra os “índios bravos” Cabaças (Relatório, p. 11).

documentos fornecem descrições dos grupos indígenas, das suas relações com as agências dos colonialismos espanhol e português na região. Outros documentos igualmente relevantes são o *“Resumo das Explorações feitas pelo Engenheiro Luiz D’Laincourt desde o Registro de Camapuã até a Cidade de Cuyabá”*, 1824 (Revista do IHGB, vol 20, 1857) e *“Reflexões sobre o Systema de defesa que adoptar na Fronteira do Paraguay em Consequência da Revolta e dos Insultos Praticados Ultimamente pela Nação dos Indios Guaicurus ou Cavalleiros”*, 1826 (Revista do IHGB, vol 20, 1857).

Os últimos anos do século XVIII marcam o início da fragmentação do território e do sistema social indígena do Chaco/Pantanal. Neste momento, o acirramento das lutas inter-imperiais fez com que a Coroa Portuguesa tivesse uma política de ocupação sistemática da região do Pantanal. Este é o processo inicial de construção do *Estado Colonial Português* naquela região, ou seja, de estatização dos antigos territórios indígenas, e da sua subordinação a um novo esquema de distribuição do poder.

O Mato Grosso foi até 1748 um território integrado na Capitania de São Paulo. Neste ano, foi indicado seu Primeiro Governador, Antonio Rolim de Moura, que assumiu o cargo em janeiro de 1751, permanecendo nele até 1764. É neste período que se acirram as tensões entre Portugal e Espanha, por conta de suas disputas na América. Alguns dos principais indicadores desta hostilidade foram as anulações dos tratados delimitadores de fronteiras: o Tratado de Madrid foi anulado em 1761; e em 1767 e 1777 foram feitos novos tratados (Mendonça, 1982, p.23). O quarto Governador a capitania de Mato Grosso, foi Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, que assumiu seu cargo com a missão recebida da Coroa Portuguesa de assegurar os territórios “até o Rio Paraguai” (ver Campestrini & Guimarães, op.cit,p.34).

A partir de então acelera-se a construção do Estado Colonial português: na região sul do território, em 1767 funda-se um presídio no Iguatemi; em 1775 é fundado o Forte de Coimbra; em 1778, Vila Maria do Paraguai (hoje Cárceres); em 1778 a Povoação do Albuquerque (aonde está localizada a atual Corumbá). Ou seja, na segunda metade do século, inicia-se uma ocupação efetiva da região do “Alto-Paraguai”. Este processo se consolidaria no governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, irmão de Luis Albuquerque. Um fato de fundamental importância para o processo da expansão colonial na região é o “Tratado de Paz e Amizade”, assinado pelos Mbayá-Guaicurú com a Coroa Portuguesa em 1791, na cidade de Vila Bela. Este tratado irá possibilitar a criação dos fortes e povoações em território indígena, de maneira que muitos grupos-locais irão se estabelecer nas imediações das unidades militares e vilas como anos antes o acordo com os Mbayá-Guaicurú foi

fundamental para derrotar os Paiaguá, e viabilizar o processo de colonização mineradora portuguesa entre Cuiabá e São Paulo.

Em 1797 é criado o Presídio de “Miranda”. Este foi construído por sugestão de João Leme do Prado, enviado por ordem do presidente da Província de Mato Grosso, durante o governo de Caetano Pinto de Miranda. Junto ao presídio forma-se a “Vila Mondego” (esta Vila teria sido construída sobre as ruínas da antiga cidade “Santiago de Xerez”). Começa a se definir um novo processo de territorialização dos indígenas.

Neste momento, a autonomia dos povos indígenas seria transformada em problema de Estado. O contexto de disputa inter-imperial favorecia os indígenas. A consolidação do poder português e a formação do Estado Colonial, exigia a liquidação da autonomia e do sistema social indígena. Vejamos o relato do governador da Província de Mato Grosso:

“A maior dificuldade que eu encontro, é a do local em que vivem entre portugueses e hespanhoés, que, a profia pretendem atrahil-os para a sua amizade, e elles manejando estas contrárias pretensões com bastante sagacidade, por este meio, alcançam o que querem de uns e de outros, sem trabalho nem sujeição. Aplaine a nossa corte esta dificuldade, de sorte que elles só fiquem dependentes de nós, e logo, Vmce experimentará uma grande mudança, assim como mais abatido os seu orgulho, ou soberba, a qual em parte procede do modo como presentemente são tratados, e outra parte da posse e uso de seus cavallos”.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Cuiabá, 5 de Abril de 1803, Carta ao Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.

As palavras do então Governador da Província de Mato Grosso, revelam exatamente que no início do século XIX os índios que integravam o sistema social do Chaco, sabiam manipular também as contradições inter-imperiais. Fica claro o reconhecimento da capacidade política indígena. Mas a supremacia Guaicuru estava já ameaçada, e com ela, todo o sistema social autóctone. O objetivo do Estado Colonial era criar condições para que os índios “ficassem dependentes” somente do Estado Colonial do Brasil. Delineava-se um projeto claro de dominação e subjugação dos povos indígenas naquela região.

Entre 1801-1803¹⁰, Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel responsável pelo presídio de Miranda, encaminhou um “*Parecer sobre o aldeamento dos índios uiacurus e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes*”. Este documento contém uma detalhada descrição dos diferentes grupos indígenas existentes naquela região, e das formas pelas quais eles se inter-relacionavam com os militares ali fixados. As palavras do tenente-coronel indicam bem como a “alteridade” étnico-cultural, se apresentava como um problema político:

¹⁰ É importante mencionar o ataque espanhol descrito por Mendonça ao forte de Miranda. Ou seja, a zona de fronteira era uma zona de guerra.

“O seu systema político, e aferro a seus dados costumes e abusos, a sua vida errante e libidinosa, as suas poucas leis arbitrarías, ou simples e mutuas convenções, mas regras fixas com que se regulam entre si tranquilamente por uma tendência natural e herdada da tradição; o horror que têm para o trabalho, que consideram só próprio de escravos e incompatível com sua innata soberba, suppondo-se pela primeira e dominante nação de índios; contando todas as outras por suas cativas, não se julgando inferiores aos mesmos hespenhoes e portuguezes, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muito bravos, nos souberam amansar; esta ridícula altivez e negação ao trabalho, lhes faz desprezar as fadigas da agricultura, que com effeito nao precisam para viverem longos annos, robustos e fartos, achando no rio Paraguay, e nos seus amplíssimos campos a sua sempre provida dispensa. (...) tudo em fim accumulou uma confusão de idéias contradictórias, que, parecendo entre si diametralmente opostas, constituem o systema, a moral e conservação de todo o corpo dos uaicurus, formidável as mais nações indígenas do amplissimo Paraguay, e ainda muitas vezes ao mesmo portuguezes e hespanhoes, sobre os quais por dois séculos commetteram repetidas atrocidades, e quase sempre impunemente.

Por tanto Illm e Exm.Sr, não deixando de tocar em alguns factos constantes que as verificam, passarei a expor, não quanto me parece necessário para se aldearem estes índios; de tal forma que sejam úteis a agricultura e a mineração, mas sim as dificuldades, que acho a um estabelecimento fixo e constante, do qual se possam tirar as utilidades que se esperam, e as quaes só o tempo poderá facilitar quando, pela nossa mais longa comunicação, se adoçarem os seus costumes e parte dos estranhos princípios com que se governam, se acaso isso ser possa”. (Almeida Serra, op.cit),

Este relato é revelador de que, no início do século XIX, quando se inicia a colonização portuguesa do Chaco/Pantanal, o sistema social autóctone então existente, do qual os Guaicurus eram o grupo dominante, se apresentava como obstáculo a expansão colonial. O relato do militar responsável pelo presídio de Miranda, ao analisar “o sistema político”, destaca exatamente a importância e os padrões de comportamento dos Guaicurus (derivado de seu ethos caçador-coletor-guerreiro), tanto com relação aos demais povos indígenas quanto europeus, aos quais teriam “amansado”. Ele indica também que nos dois séculos anteriores, os Mbayá-Guaicurú souberam construir e manter esta sua supremacia em relação aos demais grupos indígenas e colonos espanhóis e portugueses.

É interessante indicar que o que se destaca no relato de Almeida Serra é contraste entre os “usos e costumes” dos Guaicuru, emblemáticos do sistema autóctone, e os dos colonizadores. Estes usos e costumes, desenvolvidos dentro do Sistema Social do Chaco, marca que a “alteridade” do sistema social indígena (ao mesmo tempo produto e produtora deste sistema), se constituiria no principal obstáculo a ser vencido. A destruição do sistema social indígena autônomo era pensada fundamentalmente como uma destruição da alteridade étnico-cultural. O Tenente-coronel fornece um relato e uma descrição sobre os “índios dependentes de Coimbra” e menciona os “uaicurus e guanás” conjuntamente. Vejamos a situação:

O relatório indica em 1798, 1.400 índios Guaicuru-Guanás, contabilizados em conjunto, sendo que em Miranda o número era de 800, o que totalizavam 2.200 índios Guaicuru-Guaná. Há um aumento de população devido à compra e captura de índios, principalmente, Chamacoco e também ao deslocamento de 680 Guaicuru/Cadiuéus que viviam próximos ao forte espanhol Bourbon, que se transferiram para o território anexos ao forte Coimbra, levando mais de 1.200 cavalos. Desta maneira, eram aproximadamente 3.200 índios na região de Coimbra e Miranda nos anos de 1802-03.

No início do século XIX, “tratados” de aliança entre Portugueses e Guaicurus, viabilizaram a ocupação do território por fortes e unidades militares do Estado Colonial português naquela região. As hostilidades entre Guaicurus e Espanhóis, fazia destes tratados de aliança, formas de aumentar a força dos Guaicurus, e as garantias contra as investidas militares espanholas. Estes tratados de aliança e colaboração, pelo qual os Guaicurus “*contratavam perpétua paz e amizade*” com os portugueses, viabilizou o início de um processo de longo prazo, lento, de relações políticas e comerciais dos portugueses com os inúmeros grupos e sub-grupos indígenas existentes. A formação e multiplicação dos aldeamentos, a política dos Presidentes de Província de tratar com os “chefes indígenas”, pela concessão de presentes e honrarias, a política de catequese e civilização, pode se intensificar graças a estes tratados com os Guaicurus, que passaram a colaborar com os portugueses na sua luta contra os espanhóis. De imediato, tal política beneficiava também aos Guaicurus, mas conforme o processo de colonização avançava, e as próprias estratégias indígenas se alteravam, tal colaboração seria fatal para o sistema indígena e para a hegemonia Guaicuru.

Nas explorações militares feitas em 1824-1826, por D’Alincourt, endereçadas ao Ministério do Estado e de Assuntos de Guerra, vemos que existem menções aos aldeamentos já existentes, e que estes cumpriam uma importante tarefa na segurança das fronteiras:

“Pouco abaixo da confluência do rio Mondego, e não longe da margem oriental do Paraguay, existe a aldeã da Misericórdia, aonde o ver. Padre barbadinho Frei José Maria da Macerata, hoje prelado da província, ia com diminutos meios fazendo progressos rápidos entre os índios Guanasque formam a dita aldeã, catechizando-os para a nossa Santa Religião, usos e costumes; e eu vi que muitos mancebos já sabiam ler e escrever desembaraçadamente; a população chega hoje

Índios dependentes de Coimbra (fonte: relatório do tenente-coronel/1803)			
Ano		1798	1801-1803
Coimbra	Guaicuru	800	1480
	Guaná	600	600
	Chamacoco e outros cativos		400
Miranda	Guaicuru	800	
	Guaná		

a 1.300 índios. Esta aldeia, situada em terreno fértil e desafogado é mui útil para a fronteira”. (D’Alincourt, 1825 [1857], p. 343).

Logo, os aldeamentos Guaná, passaram a ser objeto de profunda atenção por parte dos militares, e a vontade delineada ainda no final do século XVIII, de usar estes índios para a segurança da fronteira, para o comércio foi se consolidando.

Mas é no documento intitulado “Reflexões sobre o Systema de Defesa” que vemos mais claramente se delinear uma política deliberada de “destruir” a base econômico-política da aliança Guaná-Guaicuru, e de exploração das contradições e rivalidades entre os próprios grupos indígenas. Podemos dizer que este processo na realidade se inicia com a própria aliança entre Portugueses e Guaicurus:

“Desde 1725 nos fizeram estes índios estragos lamentáveis, chegando até as vizinhanças desta cidade; e apesar das expedições dispendiosas que mandamos contra elles, e da fundação do Presídio de Coimbra, mesmo á vista d’elle nos assassinaram 45 homens, e nos traziam em contínuo desassossego. Estas razões ponderosas obrigaram o governo da Província a buscar os meios mais efficazes para attrahi-los á nossa amizade; e só desde o anno de 1791, em que isto se conseguiu, por um tratado feito e executado com grande pompa e solemnidade, com os principaes capitães Guacirus, na capital da província, é que pudemos respirar, até os funestos e tristissimos sucessos da presente época, que nos patentêam opergio eminente a que estão sujeitos os nossos estabelecimentos do Paraguay, Mondego e Camapuã”. (D’Alincourt, 1826 [1857], p. 361).

As **guerras de resistência indígena** deram lugar aos “*tratados*” firmados entre Portugueses e Guaicurus em 1791, que foram depois rompidos, sendo as guerras retomadas ao longo do século XIX. A retomada da guerra pelos Guaicurus motivou a formulação de uma estratégia fundada na lógica do “dividir para governar”, que visava quebrar as bases da resistência indígena na região. Desta maneira o sargento concebeu que: “*Em consequência julgo dever-se sustentar a defesa da fronteira, por um método mais político do que guerreiro, o que até nos dá tempo de chegarem as imperiais ordens, em virtude das participações do Governo*”. (D’Alincourt, *ibidem*).

Neste sentido ele enumera algumas recomendações para a condução da política imperial na região:

“Tratam-se com melhor fé e urbanidade os Índios Guanas das diversas tribus e aldeãs, e os Guaxis, que tiverem permanecido no nosso partido, mimoseando-se os seus principaes chefes, e louvando-se a sua Constancia e fidelidade à amizade, e bom agasalho, que nos devem; desafiando-se por este modo, a emulação nos Índios que se tiverem voltado contra nós, abraçando o Partido dos Guaicurus. Comprem-se mantimentos por todas as aldeãs, introduzindo-se no pagamento algum gênero de luxo, para que os índios se acostumem a gostar d’elle; o que nos trará as vantagens seguintes; provimentos necessários para as guarnições, conduzirem-se os índios a praticarem plantações mais avultadas, vendo prompto o lucro de seu trabalho, e arreigarem-se nos sítios de sua habitação.

Procure-se persuadir por todos os modos e maneiras aos Guanás das aldeas abandonadas, que devem tornar a ellas, e á nossa amizade, fazendo-se lhes lembrar-se do que já sofreram da má fé e orgulho dos Guaicurus, e do motivo por que não se devem fiar nelles, e cahir na nossa indignação. Busquem-se meios de fazer chegar ao conhecimento dos capitães Guaicurus, que o ressentimento do governo da província é somente contra o principal delles (...) Desta sorte, semeando a divisão entre aquelles chefes, obteremos o meio mais seguro de chegar as fins que melhor convem as nossas circunstancias.” (D’Alincourt, op.cit., p363).

Assim, as relações dos colonialismos (espanhol e português) com os Guaicurus e demais índios oscilavam rapidamente da guerra a tratados de aliança política e comercial. A guerra de resistência e revolta poderia ser movida pelos Guaicurus contra os Espanhóis com o apoio dos portugueses ou contra os portugueses com o apoio dos Espanhóis. Entretanto, a partir da década de 1820, a política do Estado Imperial brasileiro começa a investir nos aldeamentos e no incentivo a oposição Guaná X Guaicuru, que culminaria na criação da Diretoria de Índios da Província em 1846. Os tratados e a “política de colaboração” que sucedia a “política de guerra resistência indígena” - e que estava diretamente ligada a ela, já que esta colaboração era mais importante pelos antecedentes históricos da resistência Guaicuru e pela disputa com o colonialismo espanhol – é que viabilizou a criação das condições para o domínio português na região. .

Podemos falar então de pluralidade de formas de dominação, colaboração e resistência, que podiam se combinar ou se alternar no tempo e no espaço. Não era somente uma oposição “dominação/resistência” que se colocava, mas sim uma complexa triangulação entre diferentes possibilidades de aliança, guerra e repressão. E foi graças a política de “colaboração indígena” adotada pelos portugueses que sua dominação e a formação do Estado-Nacional se tornou possível. É importante lembrar que os Guaicurus sabiam também manipular a colaboração de portugueses e espanhóis, e que esta sua política foi eficaz nas primeiras fases da colonização; entretanto, foram as contradições internas nas suas relações de dominação com outros povos indígenas, que exploradas pelos portugueses, fizeram pender a balança em favor do colonialismo português.

A Dinâmica Dominação/Resistência

As vésperas da Guerra do Paraguai, a província de Mato Grosso se encontrava então numa situação bem distinta daquela verificada no início do século XIX; primeiramente, já existiam as bases fundamentais do Estado-Nação: uma força armada organizada, com fortificações e unidades militares; povoações, freguesias dentro uma organização político-territorial com uma administração especializada e centralizada pelo Presidente de Província (com funcionários do judiciário, da igreja, da polícia, das câmaras municipais); uma economia ainda incipiente, estruturada em função de atividades da

mineração (em decadência) e da agropecuária (em grande parte de subsistência, mas já incipientemente exportadora), o que permitia um sistema de tributação insuficiente, mas necessário. Paralelamente, os grupos indígenas vão se tornando cada vez mais fragmentados, uns em relação aos outros, e cada vez mais se inserindo na órbita de influência das agências estatais. A formação das “aldeias” inaugura uma nova situação política, em que os índios seriam “dirigidos” por representantes do poder de Estado. Sua organização política passa a sofrer a pressão direta dos organismos estatais.

Podemos dizer que: 1) em primeiro lugar, entre 1800-1849, temos liquidação definitiva da supremacia Guaicuru, e com ele do sistema social do Chaco, um dos entraves à colonização da região; 2) o estabelecimento de um novo padrão de relações de poder, em que é dissolvida a relação Mbayá-Guaná, e são gestadas agora relações de aliança-troca entre os diversos grupos indígenas e os colonos. Neste momento, as principais formas de interação entre os grupos indígenas e o Estado Colonial são a econômica e militar. Os Guanás em especial usam da primeira, enquanto que os Guaicuru, da segunda. Note-se que neste momento não se pode falar de uma subordinação total dos índios ao Estado brasileiro; na verdade, neste momento era importante para o Estado contar com a força de trabalho e militar dos índios. Mas em meio a este processo são lançadas as bases fundamentais do Estado, e os grupos indígenas são “cercados” pelo Estado em processo de edificação; 3) a formação de uma clara estratégia indígena dos Mbayá-Guaicurú e dos Guaná/Terena, que seria a de formação de uma nova aliança, desta vez com o “novo grupo” dominante, o dos “portugueses/brasileiros”; 4) o início da fragmentação e incorporação dos territórios indígenas unidades como unidades administrativas do Estado-Nação; 5) a consolidação das relações de inter-dependência econômica dos povoados e freguesias com as aldeias; 6) a instituição dos Diretores dos Índios, primeira forma de exercício do poder estatal diretamente vinculado aos grupos indígenas, através dos Diretos e Missionários. Isto significa uma subordinação especificamente política dos grupos indígenas à estrutura político-administrativa estatal/estatizante; 7) delineamento de um plano de colonização, gestão e utilização das terras, de maneira que há um incremento demográfico da “população livre” da província de Mato Grosso, e a definição clara de uma contradição de interesses entre a ocupação ampla e autônoma de territórios pelos índios, e os interesses econômicos e geopolíticos da região; 8) configuração de uma disputa inter-estatal (Brasil/Paraguai) por territórios, que rapidamente evolui para um quadro de Guerra, e afetará profundamente os destinos do país e dos índios do sul de Mato Grosso.

A resistência dos Guaicurus era baseada fundamentalmente nas relações concretas estabelecidas entre os diferentes grupos indígenas de dentro do sistema social do Chaco/Pantanal. A relação de aliança e dominação dos Guaicurus com os Guanás, possibilitou a existência de uma *resistência indígena* à expansão colonial e ao mesmo tempo suas contradições internas (a dominação e exploração

Guaicuru dos seus cativos, os saques e expedições que impunham, o profundo etnocentrismo que marcava estas relações) criou condições para eliminação da resistência. Poderíamos dizer que o conjunto das relações que viabilizou a resistência indígena aos colonialismos espanhol e português foi também a que possibilitou – em razão das suas contradições internas – a própria expansão colonial, quando o Estado e seus agentes passaram a formular novas estratégias de intervenção político-militar na região.

Ao longo do século XIX, podemos falar de três gêneros distintos de relação entre os grupos indígenas e os colonialismos português e espanhol. As relações de aliança/colaboração; as relações de guerra/resistência e guerra/repressão, cada qual ilustrada por diferentes gêneros de discurso político-jurídico e maquinário político-administrativo. De um lado, existiam as ações guerreiras retratadas no léxico imperial regional como “*Correrias*” – indicando as ações violentas dos índios contra as agências coloniais (fazendas, unidades militares e os próprios colonos); de outro lado existiam as “*Bandeiras*” – assumiam o caráter de expedições punitivas contra os índios, movidas tanto pelo Estado quanto pela sociedade - colonos pobres e fazendeiros, as vezes com o apoio do Estado, as vezes sem este apoio, e as vezes com o apoio de certos grupos indígenas (ver Vasconcelos, 1999); “*Tratados*”, que foram uma forma importante de estabelecer relações de aliança/colaboração política entre os povos indígenas e as instituições/agências coloniais-estatais, como as unidades militares e administrativas, e também, estabelecer relações comerciais e econômicas que garantissem a exploração dos territórios; a política de “*aldeamento, catequese e civilização*”.

Neste sentido, podemos afirmar que dinâmica da resistência/dominação tem de levar consideração às contradições internas no sistema social indígena, as diferentes estratégias que cada unidade de ação política indígena (conjuntos de ação segmentares) poderiam estabelecer, indo desde a “*correrias*” aos “*tratados*”, e por outro lado também as políticas das agências coloniais, que iam dos “*tratados*” até as “*bandeiras*”. Cada uma destas variáveis dependia de uma combinação contextual complexa de interesses e referências culturais, que no longo prazo possibilitaram a consolidação dos interesses do colonialismo português e depois do Império do Brasil, graças à intervenção política no sentido de destruir as bases do sistema social indígena então existente no sul de Mato Grosso. Sem as alianças políticas com os povos indígenas, sem a colaboração destes (que não era contraditória em sentido imediato com as políticas da resistência), a consolidação do colonialismo seria impossível. São nas contradições do sistema social indígena (calcanhar de Aquiles da resistência) que residem as principais causas da vitória do colonialismo português, as causas que possibilitaram a formação do Estado-Nação brasileiro naqueles territórios.

Referências Bibliográficas.

- Azanha, Gilberto. **Relatório de Identificação das Terras Indígenas Cachoeirinha, Buriti e Taunay-Ipegue**. 2001, Centro de Trabalho Indigenista. <http://www.trabalhoindigenista.org.br>.
- BALANDIER, Georges A Noção de Situação Colonial In **Cadernos de Campo** n° 3 USP, São Paulo: 1993.
- ____ **Antropologia Política. Barcelona:** Ediciones Península. 1969. 225 p.
- BALDUS, Herbert. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. Vol 1, São Paulo: Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo,1954. 860 p.
- ____ **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. Vol. 2, Hanover: Kommissionverlag Münstermann-Druck GMBH,1968. 864 p.
- BARTH, Fredrik. Economic Spheres in Dafur. In **Themes in Economic Anthropology**. London: Tavistock Publications Limited, 1967.
- Borges, Fernando Tadeu de Miranda. **Do Extrativismo a Pecuária: Algumas Observações sobre a histórica econômica de Mato Grosso. 1870 a 1930**. São Paulo: Scortecci Editora, 2001. 191 p.
- BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- ____ **A Escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo. Editora UNESP: 1992
- BURGUIÉRE, André A antropologia histórica In: **A Nova História**. J. Lê Goff e alli (orgs). Almedina, Coimbra. 1978.
- Campestrini, Hildebrando & Guimarães, Acir Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul: IHGB, 2002.
- CARVALHO, Fernanda. **Koixomuneti e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena**. Orientadora: Dominique T. Gallois. São Paulo:USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. 163 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).
- CNPI. O Dia do Índio Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

- Costa, Maria de Fátima. **História de um País Inexistente – o Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII**. São Paulo; Editora Estação Liberdade e Livraria Kosmos Editora, 1999. 277 p.
- Cunha, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio – ensaios e documentos**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987. 230 p.
- _____. **Antropologia do Brasil – mito, história, etnicidade**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.
- _____. **História dos índios no Brasil** (org). Companhia das Letras: São Paulo, 1992. 609 p.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz – poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1995. 335 p.
- OBERG, Kalervo. **The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil**. Washington D.C: Department of State, US Government Printing Office/ Smithsonian Institution Institute of Social Anthropology, Publication NO. 9, 1948. 74 p.
- _____. Terena Social Organization and Law. **American Anthropologist**, Menasha Wisconsin, USA: volume 50, number 2, 1948. p. 283-291.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre – o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976 2ª Edição Revista. 149 p.
- _____. **O Diário e suas Margens – viagem aos territórios Terena e Tukuna**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- _____. **Sociologia do Brasil Indígena**. Rio de Janeiro: Editora UnB, 1978.
- _____. **Urbanização e Tribalismo - integração dos índios Terena numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. 269 p.
- Ortner, Sherry B. “*Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal*” in **Comparative Studies in Society and History**, Volume 37, number 1, 1995. Cambridge.
- SILVA, Fernando Altenfelder. Mudança Cultural dos Terena. **Revista do Museu Paulista N.S.** São Paulo: volume III, 1949. p. 271-379.
- Susnik, Branislava. **Los Aborígenes Del Paraguay – etnología del Chaco Boreal y su Periferia (siglos XVI e XVII)**. Assuncion: Museo Etnográfico Andrés Barbero. 1978. 155 p.
- _____. **Los Aborígenes Del Paraguay – etnohistoria de los chaqueños (1650-1910)**. Assuncion: Museo Etnográfico Andrés Barbero. 1981. 233 p.
- Taunay, Alfredo d’Escrangolle. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. 265 p.

Vargas, Vera Lúcia Ferreira. **A Construção do Território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e opção.** Dissertação de Mestrado em História. Dourados/MS: 2003. 161 p.

Vasconcelos, Cláudio Alves de. **A Questão Indígena na Província de Mato Grosso – conflito, trama e continuidade.** Campo Grande: Editora UFMS, 1999.160 p.